



de transporte. Assim, o óleo de Baku será transportado para Ashkelon e de lá para a Índia e para outros países do Extremo Oriente.

Para viabilizar suas intenções, em abril de 2006, Turquia e Israel anunciaram planos de construir quatro dutos submarinos para transporte de água, eletricidade, gás natural e óleo para Israel, o que só será possível cruzando os espaços territoriais da Síria e do Líbano, por terra ou mar.

Um ponto importante e de grande interesse estratégico para o governo israelense é o duto que levará água da região das nascentes dos rios Tigre e Eufrates, na

Anatólia, para Israel, em detrimento da Síria e do Iraque. Para garantir o transporte da água, Israel e Turquia também estabeleceram acordos de cooperação militar.

A “guerra contra o terrorismo”, a campanha contra os muçulmanos que ganhou fôlego nos últimos meses e o conflito Israel-Hezbollah tem uma relação direta com a guerra do petróleo no Oriente Médio. Trata-se de uma guerra para tomar dos povos da região as suas reservas de petróleo e garantir a presença americana numa área geopoliticamente importante para a hegemonia do império norte-

americano. Para tanto, vale tudo: criar um consenso político contra os países muçulmanos, caracterizar os muçulmanos como povos bárbaros, desqualificar sua cultura e religião, estimular o ódio e o racismo contra os povos detentores e produtores de óleo, disseminar que os valores do Islã estão vinculados ao “terrorismo islâmico” (conforme vivem propagando em todas as oportunidades o presidente americano George W. Bush e o primeiro-ministro inglês Tony Blair), até financiar a invasão de países e o assassinato “democrático” de seus líderes.

A ofensiva contra o Líbano e não ape-

nas contra o Hezbollah, definitivamente, faz parte da estratégia americana de transformar, num primeiro momento, Israel num forte fornecedor para o mercado de energia global via redirecionamento do transporte de petróleo e gás do Mar Cáspio para a porção leste do Mediterrâneo com o desenvolvimento de dutos que atinjam o sul da Ásia, China e Extremo Oriente. E, num estágio seguinte, submeter os demais países árabes “rebeldes” aos interesses dos EUA e garantir às empresas americanas e inglesas o acesso à exploração das jazidas petrolíferas existentes.

Sísifos assumidos

Deisy Ventura

Doutora em Direito pela Universidade de Paris I, professora do Mestrado em Integração Latino-americana da UFSM

Inspiram piedade aqueles que pensam ser o Estado, com seu calhamaço inesgotável de leis, a solução para todos os problemas da vida. Cotidianamente, são violadas as leis que protegem os seres humanos dos demais seres humanos e do Estado (principal infrator do Direito que ele mesmo cria). Não há dia em que um órgão do Estado não se omita ou não cometa um erro explícito em detrimento da vida humana. No entanto, o eixo de todas as lutas políticas segue sendo a modificação ou a criação de novas leis, ou a formulação de novas demandas ao Estado.

Não falta quem diga, com certa razão, que o Estado é a máscara dos mais fortes e o Direito um de seus serviçais. Contudo, as pessoas que cedem uma parte de suas vidas à luta pela humanidade bem sabem que o Direito é também uma arma dos mais fracos; que os países pobres seriam bem piores sem as criticadas Constituições cidadãs; que a arena do Estado e do mundo das leis é apenas mais uma, limitada, porém irrenunciável, na qual se trava esta lenta e infinita luta do homem contra si mesmo.

Por tudo isso, aqueles que atribuem às Nações Unidas, a culpa pelas guerras, proclamam sua total inutilidade e a denunciam como mera serviçal dos Estados Unidos, deveriam, no plano interno, propugnar a dissolução do Estado, o conflito aberto entre interesses opostos e a queima em praça pública das leis, ao invés de disputar eleições, organizar movimentos, tentar construir um sistema político mais eficiente e forjar um novo pensamento, à altura da complexidade que nos assalta.

Assim, avaliar o papel da ONU no mais recente conflito do Oriente Médio requer uma dolorosa perspicácia. Não se pode evitar a crítica aos limites do sistema internacional, que necessita evoluir com urgência; tampouco se pode servir, inocentemente, a todos aqueles que defendem ou uma Super-Potência com carta branca para intervir como e onde queira, ou o simples embate entre Estados ou grupos, em nome de uma patética soberania nacional, fazendo eco à tenebrosa ideologia neo-nacionalista, que ganha força na cena internacional. É preciso aceitar que a paz dá trabalho, é uma luta ingrata e infinita, e embora fadada ao fracasso, é a única que dá sentido a nossa vida.

Na verdade, no último dia 12 de julho, enquanto o Hezbollah libanês seqüestrava dois soldados israelenses e deflagrava a sexta guerra de Israel contra seus vizinhos árabes, os Ministros das Relações Exteriores dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (China, Estados Unidos, França, Inglaterra e Rússia, grandes fabricantes de armamentos) estavam reunidos em Paris, a fim de organizar uma nova estratégia de combate ao programa nuclear do Irã, principal padrinho dos seqüestradores.

Nem o ato da resistência islâmica foi ocasional, nem a desproporcional reação israelense o foi. Houve uma clara decisão israelense de “limpar” o Sul do Líbano. Em 34 dias de guerra, Israel despejou, em média, 3.000 bombas por dia sobre mais de 200 localidades, matando cerca de 1200 civis e ferindo outros 4000, a maioria esmagados pelos escombros de suas próprias casas.

Do lado israelense, são 160 mortos, dos quais 117 soldados. Cerca de 4.000 civis teriam sido atendidos em hospitais, dos quais 2773 por trauma e angústia.

Quem guerreia com Israel não é um país, mas sim uma organização autônoma, que dominou o periférico Sul do Líbano, abandonado pelo Estado à pobreza desde a época em que aquele país era considerado a Suíça do Oriente Médio. Economicamente arcaica, dominada pela cultura do tabaco, a região é socialmente assistida por uma rede mantida pelo Hezbollah, o que só fez grassar a adesão à chamada resistência islâmica.

De parte a parte, a violência inerente a todo o ser humano justifica-se na religião e no ódio milenar. A voz da racionalidade é precisamente a da ONU, cujo pecado original da criação do Estado de Israel em detrimento do povo palestino não pode ser esquecido. Porém, é uma ONU incapaz de cometer tais pecados que se precisa construir. E foi justamente a Resolução 1701, votada no dia 12 de agosto pelo Conselho de Segurança, que permitiu o cessar-fogo, dois dias depois.

A trégua é precária e os Estados hesitam em assumir suas responsabilidades na formação de uma força de paz multinacional. A ONU é o espaço no qual ditas responsabilidades são discutidas. É o único foro também em que os contendores são chamados à racionalidade. Uma racionalidade que provavelmente não seja aquela que desejamos, porque a ONU nada mais é do que o espelho dos Estados que a compõem, também eles entes distantes do que desejamos. No entanto, do mesmo modo que o Estado no plano interno, é a ONU que provê as necessidades básicas àqueles que foram esquecidos por todos, por meio de uma extraordinária rede de ajuda humanitária e proteção de civis. Enfim, inspiram piedade também aqueles que pensam ser a ONU o problema da paz no mundo. O problema é nosso.

“A voz da racionalidade é precisamente da ONU”

